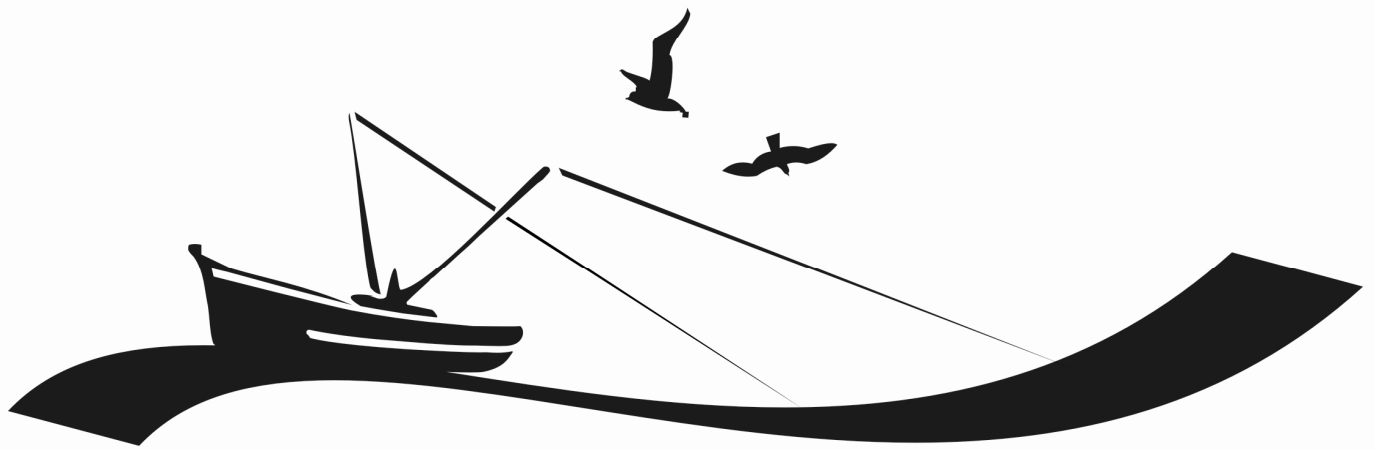


PESCA
RESPONSÁVEL
NA
Baía de Tijucas



PLANO DE AÇÃO

CONVÊNIO MMA / FNMA n° 25/03

APRESENTAÇÃO

O Plano de Ação para a pesca responsável na Baía de Tijuca consiste no produto consolidado da reunião plenária ocorrida em dezembro de 2006, que referendou as propostas elaboradas a partir da discussão e reflexão dos resultados obtidos ao longo da execução do Projeto.

Dentre as inúmeras demandas identificadas junto às comunidades pesqueiras da Baía de Tijuca, foram consideradas, neste Plano, aquelas ações voltadas à preservação dos ecossistemas aquáticos¹ e à promoção da qualidade, diversidade e disponibilidade dos recursos pesqueiros para as atuais e futuras gerações². A execução do Plano deverá ser conduzida no contexto de um processo de gestão participativa e compartilhada, com envolvimento efetivo de pescadores nas tomadas de decisão pelo Poder Público.

ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

As propostas debatidas e deliberadas na Plenária Final foram agrupadas em cinco linhas temáticas, a saber:

- Fortalecimento Institucional das Instâncias Representativas
- Reserva Biológica Marinha do Arvoredo
- Gestão Pesqueira
- Pesquisa e Monitoramento
- Desenvolvimento Local

Cada linha temática foi contextualizada com a problemática identificada pelo Projeto, sendo então previstos objetivos específicos visando à reversão da situação encontrada. Para cada objetivo específico, foram estabelecidas uma ou mais ações e os atores potenciais para a execução destas ações.

¹ Capítulo 6.1. Código de Conduta para a Pesca Responsável; FAO, 1995

² Capítulo 6.2. Código de Conduta para a Pesca Responsável; FAO, 1995

TEMA I:

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS INSTÂNCIAS REPRESENTATIVAS

A execução do Plano de Ação tem como pressuposto a existência de instituições, formais ou não formais, que permitam a legítima representatividade das comunidades de pescadores da Baía de Tijucas, litoral centro-norte de Santa Catarina. A partir desta representatividade, que deverá ser exercida de forma ativa e responsável, se poderá almejar a inserção dos interesses e das necessidades destas comunidades pesqueiras nas políticas públicas em nível municipal, estadual e nacional.

Na região do Projeto, as colônias de pescadores são reconhecidas como entidades de representação da pesca artesanal, tanto pela população em geral como por todos os órgãos e agências governamentais com alguma relação com a atividade pesqueira. São associações formalmente constituídas através de Estatutos, possuem sede física e desfrutam de prerrogativas de representação outorgadas pelo Governo e pela Constituição Federal. Além disso, as colônias estão organizadas em um sistema federativo, sendo filiadas a uma Federação Estadual (Federação dos Pescadores de Santa Catarina – FEPESC), que por sua vez integra a Confederação Nacional dos Pescadores e Aqüicultores (CNPA).

Por outro lado, as associações de pescadores existentes na região do Projeto podem ter alguma importância representativa para a comunidade em que estão inseridas, porém se apresentam desestruturadas e se colocando geralmente em uma oposição à diretoria da colônia de pescadores, muitas vezes por questões de política partidária em nível municipal. Estas mesmas questões políticas, corriqueiras na região do Projeto, inviabilizam a legitimidade de órgãos municipais como instâncias de representação dos interesses dos pescadores.

Por estas razões, e fundamentado no diagnóstico realizado no âmbito da Meta 8 (ver Encarte 7), se propõem ações focadas nas colônias de pescadores para que o seu potencial de representatividade possa ser melhor aproveitado para a gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros.

OBJETIVO 1 - Valorizar o papel de representatividade das Colônias de Pescadores, para que seus associados e diretores desenvolvam maior percepção quanto ao potencial de representação.

Ações:

- a) Divulgar aos associados sobre as instâncias de participação direta a indireta de sua Colônia de Pescadores.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

- b) Produzir e distribuir entre os associados, material informativo sobre a finalidade, funcionamento e importância das Colônias de Pescadores.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

OBJETIVO 2 - Estabelecer estruturas e mecanismos que possibilitem a interação entre o núcleo da Colônia de Pescadores e as suas comunidades/localidades periféricas, no que se refere ao fluxo de informações a ao poder decisório.

Ações:

- a) Promover a cooperação entre associações comunitárias e Colônias de Pescadores.

Atores: Colônias de Pescadores, Associações comunitárias.

b) Incentivar a criação de Capatazias das Colônias de Pescadores ou de outras instâncias de representação em nível de comunidade.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

c) Desenvolver mecanismos para a difusão de informações de interesse da pesca artesanal para a comunidade em geral.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, EPAGRI, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, SEAP/PR, Marinha do Brasil, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social, Universidades, ONGs.

OBJETIVO 3 - Estimular uma maior participação de associados nas atividades da Colônia de Pescadores.

Ações:

a) Realizar campanhas de informação sobre o Estatuto Social para diretores e associados.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

b) Incentivar o envolvimento das companheiras de pescadores nas questões que envolvem a Colônia de Pescadores.

Atores: Colônias de Pescadores.

c) Introduzir o conceito de associativismo como instrumento de participação popular e canal de articulação entre a comunidade e as instituições públicas e civis.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, EPAGRI.

OBJETIVO 4 - Desenvolver a capacidade gerencial nas Colônias de Pescadores (ver Meta 8 - Encarte 7).

Ações:

- a) Capacitar o núcleo de gestão da colônia (Diretoria, voluntários e funcionários) para os trâmites administrativos de associações.

Atores: EPAGRI, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

- b) Promover campanhas informativas sobre o acesso a políticas públicas voltadas à pesca artesanal.

Atores: Federação dos Pescadores de Santa Catarina, SEAP/PR, EPAGRI.

- c) Estabelecer parcerias com órgãos governamentais e ONGs para o atendimento de demandas específicas de seus associados (educação básica, capacitação profissional, registros de embarcações, carteira de pescador, seguro-defeso, legislação pesqueira, etc.).

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Prefeituras Municipais, EPAGRI, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, SEAP/PR, Marinha do Brasil, Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social, Universidades, ONGs.

TEMA II:

RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO (RBMA)

Com esta temática pretende-se minimizar os conflitos socioambientais que foram gerados pelas restrições de uso e acesso aos recursos pesqueiros impostos legalmente pela instituição da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (RBMA), através do Decreto-Lei 99.142/90. Esses conflitos se desencadearam principalmente pela incipiente participação das populações locais nos processos decisórios e pela ausência de um diálogo horizontal entre o conhecimento científico e o conhecimento ecológico tradicional, especialmente no que tange às práticas de captura de recursos pesqueiros migratórios que sazonalmente encontram-se dentro dos limites da RBMA e que não têm na Unidade de Conservação (UC) uma área crítica para a manutenção do seu ciclo de vida. De acordo com o Código de Pesca (FAO, 1995), para se decidir quanto à utilização dos recursos pesqueiros, devem-se considerar as necessidades e interesses das comunidades, a fim de mensurar os impactos sociais que tais medidas possam resultar.

Embora o Plano de Manejo defina ações compensatórias para a pesca artesanal (ex: área de normatização de pesca e turismo, inserida na área de amortecimento), foi constatado um desconhecimento por parte dos pescadores sobre o processo de elaboração do plano de manejo, gerando alto grau de discordância sobre as medidas previstas, bem como descrédito intensificado por diversos tipos de incidências de práticas ilegais na área abrangida, resultantes da desestruturação dos mecanismos de fiscalização, que passam pela falta de pessoal e infra-estrutura, até pelo despreparo dos agentes de fiscalização no exercício da sua função.

Ao mesmo tempo, observa-se que o tema pesca artesanal é fracamente abordado e/ou considerado no âmbito do Conselho Consultivo da RBMA. Tanto os pescadores têm dificuldade de participar, como os demais conselheiros têm dificuldade de reconhecer a importância da pesca e o efeito da criação da RBMA sobre o modo de vida dos pescadores.

OBJETIVO 1 - Demarcar fisicamente e visualmente os limites da RBMA, bem como os limites da área de normatização da pesca definida no plano de manejo e as áreas de exclusão da pesca de arrasto (Baía de Tijuca e Enseada de Zimbros).

Ações:

- a) Propor ao IBAMA, através do Conselho Consultivo da RBMA, a demarcação física e visual dos limites de abrangência da reserva.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

- b) Desenvolver o projeto de demarcação, identificando possíveis financiadores.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Universidades, ONGs.

- c) Produzir e distribuir material informativo identificando e ilustrando os limites da RBMA para os pescadores e demais usuários.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

OBJETIVO 2 - Efetivar e ajustar as áreas de exclusão de pesca de arrasto na Baía de Tijuca e Enseada de Zimbros.

Ações:

- a) Solicitar ao IBAMA, através do Conselho Consultivo, a revisão da área do fundo da baía de Tijuca fechada para a pesca de arrasto, conforme o plano

de manejo. A área proposta pela comunidade compreende a “Ponta da Pedra de Santa Luzia, em Porto Belo, até a Ponta da Cruz, em Governador Celso Ramos”.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

- b) Realizar fiscalização orientada para controle das áreas de exclusão da pesca de arrasto.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Polícia Ambiental.

OBJETIVO 3 - Propor ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) estudos para avaliação da efetividade da área protegida, da redefinição dos limites e/ou alteração da categoria da Unidade de Conservação (UC).

Ações:

- a) Estimular a pesquisa como forma de promover o progressivo conhecimento da área da reserva, proporcionando detalhamento e precisão que subsidiem as ações de manejo.

Atores: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Conselho Consultivo da RBMA, Universidades.

- b) Propor, no âmbito do Conselho Consultivo, a redefinição dos limites e/ou alteração da categoria.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Associações Comunitárias; ONGs.

- c) Participar efetivamente da implementação do Plano de Manejo, bem como na sua revisão prevista para 2009, para que as medidas adotadas tenham maior ajuste às condições socioambientais da região.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

- d) Disponibilizar acervo dos trabalhos técnicos científicos realizados antes e depois da criação da RBMA, a fim de que respaldem a discussão quanto à redefinição dos limites e/ou alteração da categoria.

Atores: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

OBJETIVO 4 - Viabilizar a fiscalização sistemática da RBMA e da área de normatização de Pesca e Turismo de acordo com o Plano de Manejo.

Ações:

- a) Capacitar os agentes fiscalizadores no exercício de suas funções.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Polícia Ambiental, Capitania dos Portos.

- b) Criar programas de fiscalização participativa e campanhas educativas para coibição da pesca esportiva na RBMA através da reestruturação dos serviços de fiscalização, ampliando e equipando os órgãos fiscalizadores.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Polícia Ambiental, Capitania dos Portos.

OBJETIVO 5 – Promover uma maior integração dos pescadores e do tema pesca artesanal na Gestão da RBMA.

Ações:

- a) Criar espaços mais inclusivos de diálogo entre os pescadores e os conselheiros da RBMA.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Universidades e Conselho Consultivo.

b) Organizar encontros e seminários sobre pesca artesanal.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Conselho Consultivo da RBMA, Universidades, ONGs, Associações Comunitárias.

c) Potencializar a participação dos pescadores na gestão da RBMA, a partir de encontros nas comunidades.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Conselho Consultivo da RBMA.

d) Produzir e distribuir material informativo e educativo para conscientização do patrimônio cultural associado à atividade pesqueira.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Conselho Consultivo da RBMA, Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, ONGs.

TEMA III:

GESTÃO PESQUEIRA

As medidas de ordenamento pesqueiro vigentes, embora contemplem diversos objetivos, não vêm surtindo os efeitos desejados. Existe um distanciamento pronunciado entre o que prevê a legislação pesqueira em vigor e o que efetivamente ocorre na pesca artesanal na Baía de Tijucas, bem como situações de conflito e/ou sobreposição entre o Plano de Manejo e legislação pesqueira.

Mediante esse cenário, evidencia-se a necessidade imediata da implementação de diretrizes e ações que contemplem o uso sustentável dos recursos, bem como a aplicação efetiva de medidas de regulamentação. Porém, a implementação de medidas dessa ordem exige a participação efetiva e organizada dos diversos agentes da sociedade envolvidos na atividade pesqueira, em especial os representantes legais do setor pesqueiro artesanal e o segmento governamental, por meio dos comitês e dos conselhos existentes.

OBJETIVO 1 – Controlar o aumento do esforço de pesca para assegurar que o nível da atividade pesqueira seja compatível com o estado do estoque de camarão sete-barbas.

Os resultados obtidos na Meta 06 (ver Encarte 5), sobre a estimativa de estoque, revelaram que o recurso do camarão sete-barbas na área da Baía de Tijucas está no seu limite. As análises estimaram que no período de 12 meses, foram capturados 96% do total de camarão sete-barbas na Baía; deste montante, para esse cenário, sobrariam apenas 4% para garantir uma nova geração, desconsiderando a mortalidade natural que a espécie está sujeita.

Ações:

- a) Dimensionar a frota arrasteira de camarão sete-barbas que atua na região SE/S do Brasil (área de ocorrência da espécie).

Atores: Federação dos Pescadores de Santa Catarina, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, SEAP/PR.

- b) Rever as permissões de pesca concedidas para a captura de camarão sete-barbas.

Atores: SEAP/PR.

- c) Avaliar as produções anuais de camarão sete-barbas através do sistema de monitoramento pesqueiro (objetivo 2 – item IV: Pesquisa e Monitoramento).

Atores: Universidades, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, SEAP/PR.

- d) Buscar parcerias e estabelecer convênios para desenvolvimento de projetos de monitoramento e controle de estoque da espécie em questão.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Universidades.

- e) Execução de projeto de dimensionamento do estoque de camarão sete-barbas e identificação das populações.

Atores: Federação dos Pescadores de Santa Catarina, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, SEAP/PR, Universidades.

OBJETIVO 2 - Solicitar ao Governo Federal a revisão dos procedimentos para concessão do seguro-defeso.

Ações:

- a) Realizar o controle de acesso ao benefício do seguro-defeso através das Colônias de Pescadores.

Atores: SEAP/PR, Colônia de Pescadores e Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

- b) Solicitar à SEAP/PR a revisão do valor do seguro-defeso, de acordo com o rendimento financeiro da respectiva pescaria.

Atores: Colônia de Pescadores e Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

OBJETIVO 3 - Regularizar a situação das embarcações arrasteiras desprovidas de permissão de pesca. (Atendido em 2007 pela ação conjunta entre IBAMA e SEAP/PR)

Ações:

- a) Dimensionar o tamanho da frota permissionada e não permissionada de acordo com o recurso-alvo.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina e SEAP/PR.

- b) Compor um grupo de trabalho para discussão e encaminhamentos, buscando o entendimento entre SEAP/PR e IBAMA para a regularização.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e SEAP/PR.

- c) Aumentar a percentagem de novas licenças concedidas pelo órgão responsável, desde que dentro do limite sustentável da espécie-alvo.

Atores: SEAP/PR.

OBJETIVO 4 - Adequar a legislação referente ao permissionamento de pesca, a fim de se conceder permissões por modalidade de pesca e não por espécie, uma

vez que a técnica e alvo da pesca artesanal está atrelada à sazonalidade do recurso, sua abundância e seu comportamento.

Ações:

- a) Propor, através da Confederação Nacional dos Pescadores (CNPA), a avaliação de diferenciar o permissionamento conforme a escala de pesca.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

- b) Encaminhar ofício de solicitação para a SEAP/PR.

Atores: Federação dos Pescadores de Santa Catarina e Confederação Nacional dos Pescadores (CNPA).

- c) Solicitar a permissão da pesca de camarão sete-barbas exclusivamente para o pescador artesanal, até a isóbata dos 35m.

Atores: Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

OBJETIVO 5 – Propor ao IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade o estabelecimento de áreas permitidas para o uso de redes de emalhar fixas durante determinadas safras, junto a costões rochosos para os pescadores das comunidades pesqueiras adjacentes a baía de Tijuca. (Ex. Comunidade de Santa Luzia, situada no município de Porto Belo).

Ações:

- a) Encaminhar um documento, solicitando a autorização da pesca com redes de emalhar fixas durante determinadas safras.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

- b) Determinar previamente as áreas de costões a serem liberadas.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- c) Identificar as comunidades que praticam a pesca com redes fixas próximo aos costões rochosos.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- d) Identificar os pescadores de cada comunidade a serem autorizados.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

OBJETIVO 6 – Regular a pesca no rio Tijucas com o propósito de minimizar os conflitos entre a pesca com redes de emalhar fixas realizadas ao longo do rio e o tráfego das demais embarcações.

Ações:

- a) Auxiliar o processo de ordenamento da pesca no rio Tijucas, de forma a diminuir os conflitos existentes, através de reuniões de acordos entre as partes envolvidas, inclusive com os órgãos representativos do setor e responsáveis por este.

Atores: Colônia de Pescadores, Prefeitura Municipal, Associação dos Pescadores Artesanais de Tijucas (APAT), IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- b) Regular a pesca de malha no leito e foz do rio Tijucas formalizando um acordo de zoneamento para a prática da referida pesca na área em questão.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Associação dos Pescadores Artesanais de Tijucas (APAT), IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

OBJETIVO 7 – Promover a aproximação dos agentes de fiscalização ambiental com as comunidades de pescadores.

Ações:

- a) Capacitar os agentes fiscalizadores no exercício de suas funções através da realização de oficinas que visem o melhoramento das abordagens efetuadas pelos agentes fiscalizadores sob os infratores.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Polícia Ambiental, Governo do Estado.

- b) Disponibilizar recursos humanos e financeiros necessários aos responsáveis da fiscalização para que as ações sejam realizadas de acordo com um programa regularmente estabelecido.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Polícia Ambiental, Governo do Estado.

- c) Distribuir material informativo e educativo.

Atores: IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Polícia Ambiental.

OBJETIVO 8 - Adequar a classificação das embarcações utilizadas na pesca artesanal de lulas para que possam operar em mar aberto. As embarcações deverão ser enquadradas na classe de "navegação costeira".

Ações:

- a) Encaminhar pedido para a Capitania dos Portos, solicitando a adequação das embarcações que atuam na pesca artesanal na Baía de Tijucas, considerando as medidas de controle (equipamentos específicos).

Atores: Colônias de Pescadores e Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

b) Regularizar as embarcações para que possam atuar em alto mar (pesca de lulas).

Atores: Capitania dos Portos de Santa Catarina.

c) Buscar linhas de crédito para equipar as embarcações utilizadas para a navegação costeira com instrumentos de comunicação (rádio VHF) e de salvatagem.

Atores: Colônias de Pescadores e Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

OBJETIVO 9 - Legalizar a atividade pesqueira artesanal, facilitando o registro das embarcações artesanais junto à Capitania dos Portos.

Ações:

a) Realizar campanhas educativas visando estimular os pescadores a formalizarem suas atividades, legalizando suas embarcações junto à Capitania dos Portos.

Atores: Capitania dos Portos de SC, SEAP/PR, Colônias de Pescadores e Federação dos Pescadores de Santa Catarina.

b) Solicitar a Capitania dos Portos que realize campanhas (mutirões) de regularização das embarcações nas comunidades pesqueiras.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina e SEAP/PR.

c) Buscar a isenção de taxas cobradas para inscrição das embarcações junto a Capitania dos Portos.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina e SEAP/PR.

TEMA IV:

PESQUISA E MONITORAMENTO

O conhecimento disponível sobre os recursos pesqueiros, suas interações com os ecossistemas e os efeitos da pesca sobre eles ainda é bastante incipiente e descontínuo. Faltam informações sobre a biologia das espécies de relevância econômica, as áreas mais propícias à pesca, a capacidade máxima de exploração do recurso, o dimensionamento da frota e outros critérios e parâmetros que permitam o estabelecimento de padrões de pesca compatíveis com a sua sustentabilidade, além de estímulo ao desenvolvimento e implementação de tecnologias alternativas de capturas.

Os objetivos e as ações compreendidas nesse tema objetivam criar linhas de pesquisas que sirvam de suporte para as tomadas de decisões que sejam concernentes à região, inclusive investimentos em tecnologias alternativas de capturas.

OBJETIVO 1 - Viabilizar a implantação de um sistema auto-sustentável para a coleta de dados pesqueiros de forma contínua, precisa e com qualidade.

Ações:

- a) Elaborar projeto de implementação de um sistema de monitoramento pesqueiro permanente para a região da Baía de Tijucas.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, EPAGRI, Universidades, Conselho Consultivo da RBMA, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- b) Buscar parcerias e/ou financiamento através de órgãos competentes (IBAMA, SEAP/PR).

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Universidades.

- c) Incluir o monitoramento pesqueiro como atividade do próprio Plano de Manejo da RBMA, a ser revisado no ano de 2009.

Atores: Conselho Consultivo da RBMA, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

OBJETIVO 2 - Monitorar a biodiversidade nas áreas de exclusão da prática da pesca de arrasto contidas no plano de manejo da RBMA, a fim de dimensionar o real impacto dessa modalidade sob o ecossistema.

Ações:

- a) Elaborar projeto de monitoramento, comparando a produtividade e impacto entre áreas proibidas e permitidas para a prática da modalidade de arrasto.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Universidades, ONGs, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- b) Avaliar os resultados obtidos com a proibição das áreas de pesca de arrasto inseridas no plano de manejo vigente da RBMA.

Atores: Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Universidades, ONGs, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- c) Monitorar e/ou delimitar áreas de exclusão da prática de arrasto para controle dos impactos causados sob o ecossistema.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Universidades, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

OBJETIVO 3 – Desenvolver estudos, através de uma cooperação entre pescadores e técnicos, para testar o desenvolvimento de artes e métodos de pesca seletivos visando minimizar os desperdícios, as rejeições, as capturas de espécies indesejáveis e os efeitos sobre o ecossistema.

Ações:

- a) Elaborar projetos para testar a viabilidade do uso de aparelhos de pesca alternativos.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Universidades, EPAGRI.

- b) Buscar parcerias e/ou financiamento através de órgãos competentes.

Atores: Colônias de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Universidades.

- c) Estimular o uso de tamanho de malhas maiores no corpo das redes de arrasto, proporcionando o aumento da seletividade das mesmas.

Atores: Universidades, EPAGRI.

- d) Estimular o uso de tamanho de malhas maiores na porção superior do corpo das redes de arrasto, visando permitir o escape da ictiofauna sem comprometer a captura da espécie-alvo.

Atores: Universidades, EPAGRI, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- e) Estimular o uso de tamanho de malhas maiores no ensacador das redes de arrasto, a fim de minimizar a captura de camarões juvenis.

Atores: Universidades, EPAGRI, IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

OBJETIVO 4 – Desenvolver estudos para avaliação e acompanhamento da pesca esportiva.

Ações:

- a) Identificar parcerias para elaboração de projeto de caracterização e acompanhamento da pesca esportiva.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Prefeituras Municipais, Universidades, Conselho Consultivo da RBMA - IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- b) Angariar financiamento para implementação do projeto de caracterização e acompanhamento da pesca esportiva.

Atores: Colônia de Pescadores, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Prefeituras Municipais, Universidades, Conselho Consultivo da RBMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

TEMA V:

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Esta temática visa fomentar a otimização da atividade pesqueira local com a conseqüente melhoria na qualidade de vida, focando estratégias econômicas de beneficiamento e comercialização. Estas ações são fundamentais para que os pescadores artesanais passem a ter maiores retornos financeiros na venda da sua produção, já que o cenário identificado demonstra significativas restrições estruturais (ver Meta 3 - Encarte 2).

Um dos grandes obstáculos na consolidação econômica da pesca artesanal é a carência de estruturas adequadas em toda a cadeia produtiva, considerando unidades de beneficiamento, armazenamento e comercialização. A falta de locais para armazenamento da produção dos pescadores faz com que eles sejam forçados a procurar os intermediários, os quais pagam um preço bastante reduzido pelos produtos, retirando-lhes a articulação com o mercado, reduzindo o lucro e enfraquecendo a sua atividade econômica. Perante isso, faz-se necessário que as comunidades pesqueiras tenham capacidade de gestão de produção e estejam organizadas enquanto categoria, fortalecendo o sentido de cidadania das famílias envolvidas e o desenvolvimento institucional das organizações dos pescadores artesanais.

Paralelamente, pretende-se buscar subsídios através de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental em questão. Atualmente, o turismo representa uma atividade importante na multiplicação de emprego e renda. É um setor que vem despertando a atenção do poder público e de empresários privados, além de constituir uma alternativa de renda para quem atua em setores pouco dinâmicos. Em geral, comunidades pesqueiras apresentam amplas potencialidades turísticas, com significativa expressão socioeconômica. A

atratividade das praias, suas águas límpidas, as reservas de mata atlântica, as riquezas culturais, a diversidade gastronômica, as ilhas, parciais e costões, além de seu povo, são elementos que potencializam a implantação de planos de ecoturismo, os quais constituem em uma importante alternativa de desenvolvimento. Em termos gerais, o eco-turismo pode vir a contribuir para a conservação do meio ambiente, criando alternativas de renda para as comunidades locais e promovendo a educação ambiental.

OBJETIVO 1 – Fomentar a capacidade de gestão das comunidades pesqueiras, promovendo a qualificação da produção familiar através de processamentos que agreguem valor ao produto a ser comercializado.

Ações:

- a) Desenvolver e estimular a criação de pequenas unidades produtivas familiares.

Atores: Prefeituras Municipais, Colônias de Pescadores, EPAGRI, SEAP/PR.

- b) Desenvolver e implementar programas de incentivo ao associativismo e ao cooperativismo.

Atores: Prefeituras Municipais, Colônias de Pescadores, EPAGRI, SEAP/PR.

- c) Buscar junto aos órgãos federais programas de fomento à infra-estrutura e processamento de pescado.

Atores: Prefeituras Municipais, Colônias de Pescadores, EPAGRI.

- d) Articular com entidades do governo estadual a utilização de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira.

Atores: Prefeituras Municipais, Colônias de Pescadores.

- e) Orientar as unidades de produção quanto aos processamentos voltados para a agregação de valor.

Atores: EPAGRI, SEAP/PR.

f) Estimular a fabricação de diferentes produtos oriundos da pesca artesanal, como embutidos de camarão e reaproveitamento de resíduos de pescados.

Atores: Prefeituras Municipais, EPAGRI, SEAP/PR.

g) Capacitar pessoas para gerir pequenas organizações, associações e cooperativas.

Atores: Prefeituras Municipais, Colônias de Pescadores, EPAGRI, SEAP/PR.

OBJETIVO 2 – Promover a inserção dos pescadores da comunidade de Santa Luzia (município de Porto Belo) e Tijuca na atividade turística, a fim de se criar alternativas de renda para as comunidades locais e promover a educação ambiental.

Ações:

a) Viabilizar a infra-estrutura básica para a inserção dos pescadores de Santa Luzia e Tijuca na atividade turística: construção de trapiches, abertura da barra do rio e construção de molhes.

Atores: Prefeituras Municipais, Governo Estadual e Federal.

b) Propor às instâncias governamentais a inclusão do eco-turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável nas políticas de governo.

Atores: Associações comunitárias, ONGs, Universidades.

c) Compatibilizar ações das atividades de turismo com a conservação do meio ambiente.

Atores: Prefeituras Municipais, Associações comunitárias, ONGs, Universidades.

d) Propor e aperfeiçoar os tipos de serviços a serem viabilizados; tais como trilhas ecológicas, passeios de barcos, pescarias noturnas, venda de produtos locais etc.

Atores: Prefeituras Municipais, ONGs, Universidades.

e) Implementar cursos de capacitação para o trabalho voltado ao turismo ecológico nas comunidades.

Atores: Prefeituras Municipais, ONGs, Universidades.

OBJETIVO 3 – Promover a inserção dos pescadores da comunidade de Santa Luzia (município de Porto Belo), Tijucas e Governador Celso Ramos na atividade de aqüicultura, a fim de se criar alternativas de renda para as comunidades locais. Atrelado ao turismo, o cultivo de moluscos reforça a presença do regionalismo com produtos ligados a atividade local, enaltecendo restaurantes e a produção de artesanato com materiais rejeitados após o desconchamento.

Ações:

a) Difundir técnicas de cultivo e manejo alimentar, procedimentos sanitários e ambientais, de programas de investimento e financiamento para custeio da produção e alternativas alimentares necessárias para a engorda.

Atores: Prefeituras Municipais, EPAGRI, SEAP/PR, Universidades.

b) Identificar experiências positivas, promovendo condições para a implementação da aqüicultura nos municípios de Porto Belo (comunidade de Santa Luzia), Tijucas e Governador Celso Ramos, de forma a contemplar os pescadores artesanais.

Atores: Prefeituras Municipais, EPAGRI, SEAP/PR, Universidades.

c) Articular acordos de cooperação técnica e financeira com instituições locais, regionais, estaduais ou federais.

Atores: Associações comunitárias, Prefeituras Municipais, EPAGRI, Universidades.

d) Implementar cursos de capacitação técnica para a implementação da atividade de aqüicultura.

Atores: Prefeituras Municipais, EPAGRI, Governo Federal, SEAP/PR, Universidades.

OBJETIVO 4 – Implementar e legislar medidas que visem a proteção do ambiente marinho na Baía de Tijuca.

Ações:

a) Identificar e neutralizar fontes de poluição resultante de processos produtivos.

Atores: Prefeituras Municipais e Governo Estadual.

b) Implantar um sistema de tratamento obrigatório das águas residuais industriais e dos esgotos públicos antes de serem despejados no mar.

Atores: Prefeituras Municipais e Governo Estadual.

c) Angariar recursos para a construção de sistemas de coleta e tratamento de efluentes domésticos.

Atores: Prefeituras Municipais e Governo Estadual.

d) Compatibilizar o ponto de descarga dos efluentes das estações de tratamento com os estudos hidrodinâmicos de circulação das águas na baía de Tijuca.

Atores: Prefeituras Municipais, Governo Estadual, Universidades.

e) Realizar monitoramentos ambientais em caso de implementação de emissário submarino nos municípios adjacentes à baía de Tijuca.

Atores: Prefeituras Municipais, Universidades.

f) Promover programas de educação sanitária e ambiental.

Atores: Prefeituras Municipais, ONGs, Universidades.

REFERÊNCIAS

FAO. 1995. *Código de Conduta para uma Pesca Responsável*. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Roma.